

EDITORIAL

**Produção de conhecimento “a quem e para que serve?”
(TRAGTENBERG, 2010).**

Production of knowledge: “who and what purpose does it serve?”

Maria Lúcia T. GARCIA

Com a provocante frase de Tragtenberg (2010) “conhecimento a quem e para que serve?”, este Editorial traz para o centro do debate uma questão atual que atravessa o cotidiano da Universidade – a produção do conhecimento.

Partimos aqui do pressuposto de que a produção de um trabalho científico é a expressão de criatividade, reflexão sistemática e compromisso político de socialização da informação. Os números – expressão matemática – do que os pesquisadores publicam, não expressam necessariamente (no sentido matemático) essa criatividade, mas apenas a capacidade de escrever em série. Escrever em série, contraditoriamente, repercute sobre os Programas de Pós-Graduação no momento da avaliação: os professores ‘ditos produtivos’ asseguram as médias de produção e os “não produtivos” se tornam “subtraendos¹”. No campo da produção de conhecimento

científico há muito prazer e dor. Esse é o cenário no qual iremos adentrar.

Do início da implantação dos programas de avaliação da pós-graduação (na década de 1970) aos dias atuais, a Capes decide que “sua sistemática se orientaria pelos produtos alcançados, o que permitiria efetuar-se o processamento dos dados coletados, utilizando-se de procedimentos quantificáveis” (MACCARI; LIMA; RICCIO, 2009, p. 73). Esse processo de tratamento dos dados enviados por cada programa ampliava-se *pari passu* à expansão da Pós-Graduação no país. Por outro lado, matematizar a avaliação objetivava reduzir as análises e critérios qualitativo do processo. Com uma periodicidade trienal, os Programas se viam (e se veem) esgotados com o volume de informações que, anualmente tem que enviar à Capes. O Coleta Capes vira um processo complexo que acaba por consumir tempo e energia dos coordenadores de Pós por um lado, e esforço intenso de cada vez maiores comissões de avaliação trienal.

¹ Expressão utilizada por um diretor de avaliação da CAPES em reunião na UFES em 2008.

Na década de 1990, a Capes contratou uma comissão internacional de especialistas estrangeiros em avaliação para analisar os critérios e procedimentos do sistema e para encaminhar recomendações (ANPED, 2005). Entre as sugestões, a comissão indicava que o tempo entre as avaliações deveria ser quinquenal. A periodicidade da avaliação vigente – trienal – não tem possibilitado mudanças em curto prazo aos programas. Se considerarmos que os resultados da avaliação são conhecidos ao final do primeiro ano da nova trienal, cada programa só tem efetivamente dois anos para implementar ações em atendimento à avaliação recebida, tempo considerado exíguo pelos programas. Apesar da recomendação da comissão internacional, o tempo de avaliação não mudou.

Concordamos com as ponderações da ANPED (2005, p. 8, grifos nossos) de que

[...] a discussão sobre a pós-graduação, em geral, e sobre o processo avaliativo, em particular, pressupõe a discussão [...] sobre o **papel da ciência, da pesquisa e do ensino na sociedade brasileira**. Esta é a questão substantiva, o ponto nodal [...] A pós-graduação não pode ser considerada [...] desvinculada do compromisso da educação com a construção de um projeto de transformação da sociedade.

Se por um lado reafirma-se aqui a pós-graduação como lugar de produção de conhecimento e, portanto, a centralidade da pesquisa que disso decorre., por outro, refuta-se a lógica da universidade operacional

[...] avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, [...] estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por estratégias e programas alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual (CHAUÍ, 2001, p. 190).

O modelo de avaliação proposto atualmente pela CAPES estabelece que 40% da nota atribuída a um Programa de Pós-Graduação é resultante de um item (produção bibliográfica docente). Ao colocar no centro da avaliação a produção bibliográfica, o processo de formação de recursos humanos acaba como item secundário.

Na esteira desse percurso, a Capes organiza um sistema cada vez mais sofisticado de avaliação dos itens constitutivos da produção bibliográfica. Na última avaliação trienal (2007-2009), a realização do “Qualis livro” e a revisão da qualificação dos periódicos (Qualis

periódicos²) possibilitaram uma radiografia da produção de todas as áreas do conhecimento.

Para o Serviço Social, essa etapa trouxe inúmeros desafios e exigências. No caso do Qualis periódico da área, foram analisados um número próximo a 1.000 e destes 691 foram qualificados (ou seja, havia um registro expressivo de periódicos que não o eram e, portanto, foram considerados impróprios). Por outro lado, quase 15% da produção situava-se no estrato C, que colocava a produção como 'desqualificada' (ou na expressão corrente: o texto existe, mas não conta!).

Tabela 1. Qualis periódico da área de Serviço Social

Estrato	Nº	%
A1	4	0,6
A2	41	6
B1	54	7,8
B2	103	15
B3	92	13,2
B4	104	15
B5	195	28,2
C	98	14,2
Total	691	100

² Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para diferenciação da qualidade da *produção bibliográfica* dos programas de pós-graduação. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta, pela classificação dos veículos utilizados na sua divulgação. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos periódicos científicos, jornais, anais, livros, etc (CAPES, 2009).

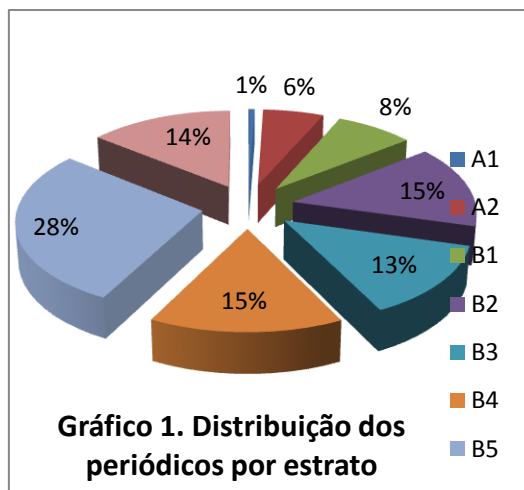
Fonte: Comissão Qualis periódico Serviço Social, 2010 (sistematização da autora)

O processo de avaliação dos periódicos científicos é resultado de pressões tanto nacionais quanto internacionais: crescimento da produção científica, necessidade de qualificação dos veículos utilizados para publicação por parte dos pesquisadores, competição entre as áreas, padronização dos periódicos face às exigências e normas, uso intensivo de tecnologias de informação, entre outros (GARCIA, 2009).

Ao avaliar os periódicos da área de Serviço Social em 2007, momento de mudança no processo de análise e classificação destes, encontramos um problema recorrente: estratificando os periódicos (que resultam em uma métrica que separa o A1 – 100 pontos – do B5 – 5 pontos), a produção de cada pesquisador é transformada em um número e classificado (dentro de seu programa e em relação aos outros de sua área). E, é esse número, que torna o docente “produtivo ou não”.

A produção, no processo de avaliação, resume-se a números que são analisados comparativamente no interior de cada área. No caso do Serviço Social, tomando por exemplo a avaliação dos veículos utilizados pelos docentes permanentes dos Programas de Pós-Graduação, observamos que há uma concentração destes veículos nos

estratos B4 e B5 (43%). Como resultado, a produção receberá uma pontuação baixa (B4 – 20 pontos; B5 – 5 pontos).



Fonte: Capes, 2010. Sistematização da autora).

Há ai inscrito um outro processo: aos periódicos melhor avaliados um fluxo maior de artigos submetidos à publicação e aos piores o dilema entre desaparecer (algo já registrado pela área) ou investir em seu aprimoramento (sem investimentos ou apoio – decorrente de seu próprio esforço). Considerando a relação entre o número de periódicos enquadrados nos estratos e o número de artigos publicados neste estrato, a relação é expressiva nos estratos mais altos (A1, A2 e B1).

Nesse dilema – que é coletivo, mas muitas vezes sentido como individual – entre ‘publicar ou perecer’, acrescenta-se outro dilema – onde esta produção deve ser divulgada em periódicos bem ou mal qualificados. Uma das

perguntas frequentes entre os pesquisadores é: qual o qualis das revistas?

A fetichização dos artigos (em muitas áreas) leva a uma corrida desenfreada pelo maior número de sua publicação, “transladando para o processo de produção científica a lógica do trabalho industrial, apagando a dimensão ontológica inerente à produção de conhecimento que não se subjugua, em muitos domínios, à racionalidade prática funcional à produção tecnológica” (KERR et al, 2005, p. 89). Questionamentos como o que se segue: o que “vale mais” – um artigo em periódico qualis A1 ou um livro em coletânea? –, decorrem dessa perspectiva.

Decreta-se aqui a morte da lógica criativa, reflexiva e política de um trabalho científico.

Há que se construir por um lado mecanismos de oposição consistente e coerente, por outro incorporar os elementos que permitam uma maior visibilidade das produções científicas da área. Ou seja, não basta apenas escrever, é preciso qualificar (parafraçando a Capes) os veículos de nossa área, mas não sucumbir à lógica matemática como explicitada.

Os dados requerem assim, uma problematização que possibilite à área pensar como enfrentar a pressão pela produção (“publish or

perish”). Nessa análise, é *mister* inscrever esse processo em um contexto de intensificação do trabalho docente nas instituições de ensino superior e que essa intensificação é parte das alterações no mundo do trabalho em face da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). Ou seja, não se trata apenas da intensificação para uma dada categoria – docente –, mas para o conjunto da classe trabalhadora (LIMA, 2011).

A crítica colocada sobre o produtivismo é que hoje se considera o quanto um docente/pesquisador publica e não a qualidade e a quem beneficia aquilo que é publicado (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2009).

Os docentes brasileiros da Pós-Graduação estão majoritariamente em IFES (CAPES, 2009). As condições sociais de trabalho, sobretudo o acadêmico, e suas repercussões sobre o ato de produzir estão hoje marcado por estresse, sofrimento e adoecimento dos docentes, a partir da aceleração do ritmo de atividades, das condições objetivas para o desenvolvimento de suas atividades e o aumento de exigências de “produtividade”, sem correspondente valorização estatutária ou econômica. Borsoi e Pereira (2011) afirmam que a cultura acadêmica, baseada na lógica mercantil, traduz excelência profissional não como alta qualidade, mas sim quantidade, o

que tem levado muitos docentes a se sentirem improdutivos mesmo que produzam muito. A “produtividade” como produção em série e passível de se transformar em métrica, acaba por se “naturalizar”, tornando-se padrão para credenciamento/descredenciamento os docentes de vários Programas de Pós-Graduação.

Como consequência, o adoecimento é um sinal que produção acadêmica não é – e não pode ser – produção em série. Pesquisa realizada por Borsoi e Pereira (2011) indicam que 87,5% das mulheres e 76,8% dos homens entrevistados na Universidade Federal do Espírito Santo procuraram atendimento médico nos últimos dois anos.

O dilema vivido por pesquisadores hoje é “ser produtivo” – condição imposta para pertencer à Pós-Graduação – ou perecer – não acessar financiamentos ou ficar excluído da pós. Se produzem, deparam-se com uma crise de criatividade, pois apesar de todo o esforço que empregam para empreitada, os docentes não são máquinas.

Luz (2005, p. 42) enfatiza:

Os pesquisadores, apesar de todo o esforço que empregam para serem “produtivos”, não são máquinas. Sobretudo, não são *máquinas em competição* para reduzir custos na confecção de produtos renováveis a intervalos de tempo cada vez menores. O desconhecimento desse

fato pode gerar (e tem gerado) conseqüências desastrosas para a saúde de toda essa categoria profissional.

A autora acrescenta que “é função precípua do pesquisador *pesquisar*, por mais tautológica que pareça tal afirmação” (LUZ, 2005, p. 43).

A política proposta para a Pós-Graduação, no governo FHC, e aprofundada no governo Lula, centra o foco da avaliação sobre a categoria de *produtividade* (do agente pesquisador, ou do programa institucional de pesquisa em que este se insere). A concorrência se dá no interior do Programa e entre Programas (mais produtivos, mais bem pontuados; menos produtivos, menos pontuados).

O pesquisador é avaliado pela quantidade de produtos que é capaz de extrair de seus projetos. Quanto mais produtos, maior sua “produtividade”. Como resultado dessa política, a “produção científica brasileira quintuplicou e sua participação em relação ao resto do mundo triplicou” entre 1983 e 2003 (CAPES, 2007).

A produção científica do Brasil em 2010 corresponde a 2,7% da mundial, ou seja, essa produção se coloca na 13ª posição no ranking. A taxa de crescimento da produção científica brasileira entre 1981 e 2008 foi mais alta do que a média mundial. Mas, na avaliação da Capes, a despeito desse crescimento,

o “impacto de tal produção é baixo - o índice é de 3,04 (Suíça é o maior: 8,02, os EUA: 7,08) (CAPES, 2011).

Enfim, o produtivismo acadêmico alimenta-se do e no processo de competição - inter-universidades, inter-programas de pós-graduação e entre docentes/pesquisadores - engendrado por agências financiadoras de pós-graduação e pesquisa, seja pela Capes e seu *modelo de avaliação* (regulação e controle), seja pelos mecanismos e normas adotados pelo CNPq e outras agências para concessão de auxílios à pesquisa e de bolsas, que têm no *Currículo Lattes* seu principal instrumento indicador da produtividade (SGUISSARDI; 2010, sp).

Assim, Walters (2006, p. 12) afirma que “há um elo causal entre a demanda corporativa pelo aumento da produtividade e o esvaziamento, em todas as publicações, de qualquer significação que não seja gerar números” (WALTERS, 2006, p. 12).

É nesse contexto que a revista *Argumentum* se situa: não tem ainda disponível no site da Capes sua avaliação do Qualis Periódico, portanto manter-se como um periódico é um desafio diário aos editores: convencer aos autores que vale à pena publicar nesse veículo - condição sem a qual o periódico deixaria de existir.

Temos recebida a valiosa colaboração de companheiro do Brasil e do mundo, o que coloca a

Argumentum num patamar de periódico crítico e preocupado com o compromisso ético e político do ato de produzir conhecimento.

Nesse espírito, celebramos o lançamento de mais um número da Argumentum e convidamos a todos lerem os textos aqui publicados.

Referências:

ANPED. **Avaliação da Pós-Graduação:** diretrizes, critérios e indicadores. Caxambu, São Paulo, 2005.

BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V.. (Orgs.). **Dilemas da pós-graduação:** gestão e avaliação. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BORSOI, I.C.F; PEREIRA, F.S. Mulheres e homens em jornadas sem limite: docência, gênero e sofrimento. **Temporalis**, n. 21, jan/jun 2011 [no prelo].

CAPES. **Plano Nacional da Pós-Graduação 2005-2010.** Brasília:DF, 2007.Disponível: www.capes.gov.br.

_____. **Plano Nacional da Pós-Graduação 2005-2010.** Brasília:DF, 2011.Disponível: www.capes.gov.br.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** SP: Xamã, 1996.

GARCIA, M.L.T. Há pedras no meio do caminho: reflexões sobre a produção científica em periódicos da área de Serviço Social.

Argumentum, v.1, n. 1, jul/dez, p. 6-15, 2009.

LIMA, K. As novas faces da intensificação do trabalho docente no Brasil. **Anais..... VENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA.** 2011. Disponível: http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_09/e09d_t002.pdf

MACCARI, E.A.; LIMA, M.C.; RICCIO, E.L. Uso do Sistema de Avaliação da CAPES por Programas de Pós-Graduação em Administração no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 68-96, set/dez 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana M. C.; VIEIRA, Lívia M. F.. (Orgs.). **Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente.** Belo Horizonte, MG: Faculdade de Educação/UFMG, 2010.p.